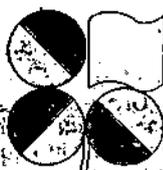


Sarney pode alterar texto de convocação da Constituinte

Da Sucursal de Brasília



FOLHA DE SÃO PAULO
27 JUN 1985

O presidente da Câmara e do PMDB deputado Ulysses Guimarães, 68, admitiu ontem que o presidente José Sarney, 55, poderá alterar algum dos artigos da sua proposta de emenda da convocação da Constituinte. Ulysses concordou que existem algumas redundâncias. O artigo 1º — por exemplo — afirma que a Assembléia Nacional Constituinte é “livre e soberana” e o artigo seguinte que a “ela não se aplicam as limitações do artigo 47 parágrafo 1º da atual Constituição. Estes artigos preservam a República e a Federação.

“Evidentemente — disse o parlamentar — se ela é soberana não terá limitações de nenhuma ordem. O que o Presidente procurou fazer foi explicitar que nem esta limitação do artigo 47 ela tem. É possível que ele altere alguma coisa”.

Na USP, Plenário critica convocação

O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, reunido ontem à noite na Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco, centro de São Paulo, denunciou a “iniciativa da convocação da Assembléia Constituinte por ato do presidente da República, em arbitrária substitui-

O artigo 4º da proposta de emenda fere um pouco o poder “livre e soberano” da Constituinte ao estabelecer um prazo para promulgação do projeto de Constituição. “Se ela é soberana — observou Ulysses — pode fixar o prazo dos seus trabalhos”, e ponderou: “Pela sua natureza acredito que va trabalhar rápido”.

O presidente da Câmara observou ainda que o artigo 4º da proposta do Executivo já começa a causar alguma polêmica. Esse artigo pressupõe que o projeto deve ser aprovado em dois turnos de discussão e votação pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte: “A proposta no todo deverá provocar muita polêmica — disse — mas neste ponto já começam a surgir sugestões de que no primeiro turno a aprovação se dê por maioria simples, no segundo por maioria absoluta. Seria uma forma de agilizar os trabalhos”.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Pimentá da Veiga, não acredita que Sarney altere esse artigo da sua proposta. “Nós já conversamos com ele — lembrou — e ele quer que o Congresso decida por alterações desta ordem”.

ção à livre manifestação do Congresso Nacional”.

O documento, assinado por pelo menos 25 entidades presentes à plenária, manifesta discordância com a formação da “comissão constitucional imaginada pelo presidente da República, porque o poder constituinte é do povo”.